

RCP NEWS



JORNALISMO DE PROFUNDIDADE.
INTELIGÊNCIA QUE GERA TRANSFORMAÇÃO.

ESPECIAL · EDUCAÇÃO, CUIDADO E CIDADANIA

CONHECIMENTO QUE DEIXA LEGADO

O valor de informar,
a responsabilidade de ensinar
e o compromisso de servir.

**PROF. ROQUE
CORTES PEREIRA**

Palavra do editor e uma seleção de vozes que
conectam experiência, reflexão e ação.



105

ANOS DO GOSP

Memória e futuro

JUDÔ

INCLUSÃO PELO ESPORTE

Sensei Maria e cidadania

SAÚDE

ESCUTA E CUIDADO

Podologia, luto e bem viver



RCP NEWS • NOSSA VISÃO

Informar é aproximar. Conhecer é compreender. Ensinar é deixar legado.

Uma revista que reúne diferentes experiências para ampliar o entendimento. Educação, instituições, saúde, esporte e cidadania encontram aqui uma mesma responsabilidade: contribuir para a vida das pessoas.

EXCELSIOR

Para cima e para frente, para maior glória.

rcpnews.com.br

PALAVRA DO EDITOR

Conhecimento que deixa legado

PROF. ROQUE CORTES PEREIRA

Chegamos à terceira edição da Revista RCP News com uma convicção que orienta nosso trabalho: informação só realiza plenamente seu valor quando ajuda alguém a compreender, decidir e agir com responsabilidade. Em uma sociedade marcada pela velocidade, oferecer tempo para a reflexão é uma escolha editorial e um compromisso com o leitor.

Esta edição aproxima temas que, à primeira vista, poderiam ocupar espaços separados. A história de uma instituição centenária, o trabalho de uma professora no tatame, a atenção de uma podologista, a formação de quem atua na solução de conflitos e a escuta de uma pessoa enlutada têm um ponto de encontro: o conhecimento colocado a serviço da dignidade humana.

Celebrar um legado exige mais do que recordar. É preciso perguntar o que fazemos com a experiência recebida e quais condições estamos construindo para as próximas gerações. A memória ganha força quando orienta a conduta, inspira estudo e sustenta a disposição para servir. Uma homenagem se torna mais consequente quando renova responsabilidades.

Também precisamos reconhecer que cuidado e participação caminham juntos. Ouvir uma pessoa não basta se sua experiência não encontra espaço nas decisões. A inclusão precisa alcançar a escola, o trabalho, os serviços e a comunicação. O envelhecimento merece autonomia e oportunidades. Cada trajetória deve ser compreendida em sua singularidade, sem rótulos que diminuam possibilidades.

No esporte, a técnica encontra seu sentido educativo na convivência. O respeito ao colega, a persistência diante de uma dificuldade e a responsabilidade com o próprio esforço fazem parte da formação. O pódio é uma conquista; a oportunidade de aprender, pertencer e continuar é outra dimensão de um trabalho que transforma vidas.

As vozes dos nossos colaboradores ampliam esse horizonte. Elas apresentam experiências profissionais, opiniões e caminhos de reflexão. Cabe ao jornalismo oferecer contexto, preservar a autoria e distinguir o que é análise, relato e informação. A pluralidade se fortalece quando existe clareza sobre quem fala e sobre as bases de cada afirmação.

Minha palavra ao leitor é um convite: percorra estas páginas com curiosidade e espírito crítico. Reconheça os encontros entre os temas e leve alguma dessas perguntas para sua escola, sua instituição, seu trabalho ou sua comunidade. Nosso propósito é que a leitura continue produzindo sentido depois que a revista for fechada.

Ensinar é transmitir conhecimento. Inspirar é deixar legado. Seguimos com disciplina, responsabilidade e disposição para construir. Excelsior!

Prof. Roque Cortes Pereira

Editor-fundador da RCP News

QUEM FAZ A RCP NEWS

Expediente

DIREÇÃO GERAL, EDITOR-CHEFE E COORDENAÇÃO EDITORIAL

Prof. Roque Cortes Pereira

GESTÃO DE COMUNICAÇÃO, REDAÇÃO E CONTEÚDO DIGITAL

Equipe RCP News

DESIGN E IDENTIDADE VISUAL INSTITUCIONAL

Equipe RCP News

COMERCIAL E PUBLICIDADE

Eduardo Rodrigues Moreira

FOTOGRAFIA E IMAGENS

Roberto Esteves · Fotógrafo

Acervo RCP News e materiais cedidos pelos autores e parceiros

AUTORES E COLABORADORES DESTA EDIÇÃO

Adriana Andrade · Cesar Romão · Prof. Dr. Fábio Batista · Kleber Ferverença · Lucas Antônio Silva · Luís Mário Luchetta · Ricardo Robson da Silva · Prof. Roque Cortes Pereira · Redação RCP News

EDIÇÃO 03 · OUTUBRO DE 2026

Curadoria, revisão e diagramação desta edição realizadas com assistência de inteligência artificial. Textos assinados e fotografias mantêm os créditos indicados. Palavra do editor preparada especialmente para esta edição.

Artigos de opinião expressam a visão de seus autores. Algumas contribuições foram condensadas, com indicação na matéria. Imagens conceituais produzidas com IA são identificadas. Conteúdos de saúde e de finanças têm caráter informativo.

PORTAL

rcpnews.com.br

WHATSAPP

(11) 4289-0384

Atendimento somente por WhatsApp.

GUIA DE LEITURA

Nesta edição

- 03** Palavra do Professor Roque Cortes Pereira
- 04** Expediente
- 06** **GOSP, 105 anos**
Memória E Instituições · Prof. Roque Cortes Pereira
- 10** **Ouvir é mais do que dar voz**
Minha Visão · Saúde Mental · Prof. Roque Cortes Pereira
- 13** **Inclusão não é favor**
Direitos E Inclusão · Prof. Roque Cortes Pereira
- 15** **Envelhecer com dignidade**
Longevidade E Cidadania · Prof. Roque Cortes Pereira
- 18** **Nem tudo o que parece ser é**
Colunistas · Saúde · Adriana Andrade
- 22** **Medicina e Maçonaria**
Colunistas · Saúde E Fraternidade · Prof. Dr. Fábio Batista
- 23** **Sensei Maria**
Esporte E Formação Humana · Prof. Roque Cortes Pereira
- 26** **O poder transformador do judô**
Esporte E Cidadania · Redação RCP News
- 28** **Livre-arbítrio, educação e cidadania**
Educação E Cidadania · Ricardo Robson da Silva
- 33** **30 anos da Lei da Arbitragem**
Justiça E Arbitragem · Prof. Roque Cortes Pereira
- 35** **Quem julga também precisa inspirar confiança**
Editorial · Instituições · Prof. Roque Cortes Pereira
- 37** **Um encontro com o conhecimento**
Rcp News Talks · Redação RCP News
- 40** **Luto sem respostas prontas**
Colunistas · Cuidado E Recomeços · Kleber Fervença
- 43** **Vencendo a solidão**
Colunistas · Bem Viver · Cesar Romão
- 44** **O silêncio não constrói nações**
Colunistas · Opinião · Luís Mário Luchetta
- 46** **Patrimônio além das urnas**
Colunistas · Economia · Lucas Antônio Silva
- 49** **Diálogo para construir oportunidades**
Institucional · Funclob · Redação RCP News
- 51** Continuar é transformar conhecimento em ação

MEMÓRIA E INSTITUIÇÕES

GOSP, 105 anos

A responsabilidade de continuar um legado

POR PROF. ROQUE CORTES PEREIRA



EM FOCO

A responsabilidade de continuar um legado

Registro da homenagem aos 105 anos do GOSP na ALESP. Acervo do Prof. Roque Cortes Pereira.

ACERVO · RCP NEWS

Em 9 de outubro de 2026, a Assembleia Legislativa de São Paulo recebeu a homenagem aos 105 anos do Grande Oriente de São Paulo. Participar desse momento foi, para mim, uma oportunidade de reconhecer a dimensão de uma história coletiva e refletir sobre a responsabilidade de quem hoje contribui para sua continuidade.

Uma instituição permanece viva pelo trabalho de seus integrantes. Sua memória reúne escolhas, esforços e ensinamentos que atravessam gerações. Celebrar o GOSP significa reconhecer os Irmãos que nos antecederam, valorizar aqueles que trabalham no presente e preparar o caminho para quem dará sequência a essa trajetória.

Uma história que exige compromisso

Fundado em 29 de julho de 1921, o Grande Oriente de São Paulo chega aos 105 anos com uma herança que merece estudo e respeito. Conhecer essa história nos ajuda a compreender o valor das Lojas e a importância da participação de cada Irmão na construção da vida institucional.

Liberdade, Igualdade e Fraternidade encontram sua expressão mais relevante na conduta. A liberdade exige respeito à consciência e ao pensamento do outro. A igualdade nos lembra da dignidade de cada pessoa e da responsabilidade que acompanha nossos direitos. A fraternidade pede presença, escuta e disposição para ajudar.

MEMÓRIA E INSTITUIÇÕES

GOSP, 105 anos

CONTINUAÇÃO · Prof. Roque Cortes Pereira



Registro da homenagem aos 105 anos do GOSP na ALESP. Acervo do Prof. Roque Cortes Pereira.

Esses princípios oferecem uma orientação para nossas escolhas. No exercício de uma função, na convivência entre Irmãos ou no diálogo com a sociedade, temos a oportunidade de demonstrar aquilo que professamos. É nesse trabalho cotidiano que o legado ganha continuidade.

Reconhecimento à liderança e à equipe

Ao Sereníssimo Grão-Mestre Renato Garcia e a toda a sua equipe, expresso meu reconhecimento pelo trabalho dedicado à continuidade e ao fortalecimento do Grande Oriente de São Paulo. Celebrar 105 anos de história significa honrar as gerações que edificaram essa trajetória e assumir a responsabilidade de conduzi-la adiante, com união, discernimento e fidelidade aos princípios maçônicos. Estendo esta homenagem a cada Irmão que, no exercício de suas funções e no trabalho cotidiano das Lojas, contribui para manter vivo esse patrimônio de conhecimento e fraternidade.

Ao Deputado proponente da Sessão de Homenagem, manifesto minha gratidão pela iniciativa de reconhecer, na Assembleia Legislativa de São Paulo, os 105 anos do GOSP. Ao abrir espaço para essa celebração, o Parlamento paulista valoriza a memória institucional e o diálogo com a sociedade, dando expressão pública a uma história construída por muitas mãos. Receba nosso respeito por uma iniciativa que honra os Irmãos de ontem e de hoje e incentiva as próximas gerações a prosseguir com responsabilidade e espírito fraterno.

MEMÓRIA E INSTITUIÇÕES

GOSP, 105 anos

CONTINUAÇÃO · Prof. Roque Cortes Pereira



Registro da homenagem aos 105 anos do GOSP na ALESP. Acervo do Prof. Roque Cortes Pereira.

A fraternidade nos encontros

Entre os registros dessa ocasião, guardo com alegria o encontro com o Deputado Itamar Borges, o Irmão Maradona, o Grão-Mestre Renato Garcia e o Irmão Ludovico. A fotografia preserva um momento de convivência e reconhecimento, cujo valor também está nos vínculos humanos que a vida institucional permite construir.

São esses vínculos que favorecem o diálogo e a cooperação. Uma conversa respeitosa, uma palavra de incentivo e a disposição para ouvir ajudam a fortalecer a confiança necessária ao trabalho coletivo.

Como Assessor de Relações Institucionais do Grão-Mestrado do GOSP, compreendo que representar uma instituição exige conhecer sua história, respeitar sua identidade e agir com responsabilidade. O diálogo institucional ganha consistência quando encontra correspondência em nossa conduta.

O futuro também nos pertence

A homenagem aos 105 anos nos convida a pensar no que entregaremos às próximas gerações. Preservar documentos e registros é uma parte desse compromisso. Outra parte depende da qualidade da formação que oferecemos, do acolhimento aos novos Irmãos e do exemplo que deixamos.

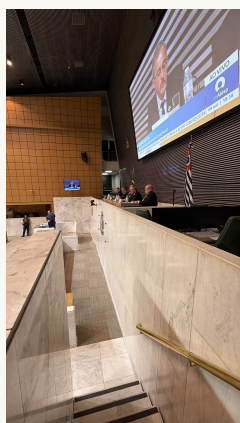
Que esta celebração renove nossa disposição para estudar, servir e trabalhar em união. Que a memória dos que nos antecederam inspire decisões responsáveis. E que cada Loja encontre, na força de seus integrantes, condições para continuar contribuindo para o aperfeiçoamento humano.

Minha homenagem ao Grande Oriente de São Paulo e a todos os Irmãos que construíram e continuam essa história. Excelsior! Para cima e para frente, para maior glória.

ACERVO DO PROF. ROQUE CORTES PEREIRA

Encontros que preservam a memória

Homenagem aos 105 anos do GOSP · ALESP · 9 de outubro de 2026



Registros da solenidade e dos encontros institucionais. Fotografias: acervo do Prof. Roque Cortes Pereira. Identificações pessoais seguem o relato do autor publicado no portal.

Texto editado para a revista | Versão de origem e créditos: rcpnews.com.br

MINHA VISÃO · SAÚDE MENTAL

Ouvir é mais do que dar voz

Experiência, participação e cuidado

POR PROF. ROQUE CORTES PEREIRA



EM FOCO

Experiência, participação e cuidado

Escutar com respeito é reconhecer dignidade, conhecimento e direito à participação. Arte conceitual RCP News gerada com inteligência artificial.

ACERVO · RCP NEWS

Há uma diferença profunda entre permitir que alguém fale e criar condições para que sua palavra produza mudança.

Durante muito tempo, a saúde mental foi tratada a partir de decisões tomadas quase exclusivamente por instituições, especialistas e autoridades. O conhecimento técnico é indispensável. Mas ele se torna mais humano e mais eficaz quando dialoga com aquilo que as pessoas viveram: suas dificuldades para pedir ajuda, os obstáculos encontrados no atendimento, o peso do preconceito, os efeitos do isolamento e os caminhos que favoreceram sua recuperação.

Neste 10 de outubro, o Dia Mundial da Saúde Mental propõe uma reflexão que precisa ultrapassar as homenagens simbólicas. O tema de 2026 - “Experiências vividas em foco: vozes reais, mudanças reais” - afirma que a experiência pessoal também constitui uma forma de conhecimento. Não substitui a ciência nem a formação profissional. Acrescenta realidade, contexto e humanidade às decisões.

Ouvir, portanto, não pode significar apenas recolher depoimentos para campanhas. A escuta verdadeira permite que as pessoas participem da elaboração, da execução e da avaliação das políticas e dos serviços que influenciam suas vidas.

MINHA VISÃO · SAÚDE MENTAL

Ouvir é mais do que dar voz

CONTINUAÇÃO · Prof. Roque Cortes Pereira

Da escuta simbólica à participação verdadeira

Uma pessoa que já enfrentou sofrimento psíquico conhece barreiras que podem passar despercebidas aos planejadores: a dificuldade de encontrar atendimento, o medo de ser julgada, a linguagem que afasta, a interrupção do cuidado, a ausência de apoio no trabalho ou na família e o impacto das condições econômicas e sociais.

Quando essa experiência é tratada com respeito, ela ajuda a identificar falhas, aprimorar fluxos, formar profissionais e construir serviços mais próximos da vida real. A Organização Mundial da Saúde defende que pessoas com experiência vivida sejam parceiras desde o início das decisões, e não apenas convidadas a contar suas histórias depois que tudo já foi definido.

Essa participação precisa ser ética. Ninguém deve ser pressionado a expor uma dor, revelar um diagnóstico ou transformar a própria trajetória em espetáculo. Escutar também é proteger a privacidade, reconhecer limites e garantir que cada pessoa mantenha o controle sobre o que deseja compartilhar.

Saúde mental não é responsabilidade individual isolada

É comum reduzir o cuidado a conselhos como “seja forte”, “pense positivo” ou “mude sua atitude”. Essas frases podem ser bem-intencionadas, mas simplificam situações complexas e, muitas vezes, aumentam o sentimento de culpa.

A saúde mental é atravessada por vínculos, renda, moradia, educação, trabalho, violência, discriminação, acesso à saúde, segurança e participação comunitária. Há escolhas individuais importantes, mas também existem responsabilidades familiares, sociais, institucionais e públicas.

Não basta pedir que alguém resista. É necessário perguntar se essa pessoa encontra uma rede que a acolha, profissionais preparados, continuidade no atendimento e condições dignas para viver.

O estigma também adocece

O preconceito leva pessoas a esconderem o sofrimento, adia a procura por atendimento e transforma uma necessidade de cuidado em motivo de vergonha. Expressões ofensivas, diagnósticos usados como insulto e julgamentos sobre quem busca ajuda não são inofensivos. Eles constroem barreiras.

MINHA VISÃO · SAÚDE MENTAL

Ouvir é mais do que dar voz

CONTINUAÇÃO · Prof. Roque Cortes Pereira

Combater o estigma exige educação e responsabilidade. Significa falar sobre saúde mental sem romantizar a dor, sem banalizar diagnósticos, sem prometer soluções imediatas e sem usar histórias humanas apenas para produzir impacto emocional.

Também significa compreender que acolher não é assumir sozinho a função de terapeuta. Familiares, amigos, professores, líderes e colegas podem ouvir, demonstrar respeito e ajudar na busca por atendimento. O cuidado profissional e a rede pública devem ser acionados quando necessários.

Escutar, acolher e agir

Diante de alguém em sofrimento, pequenas atitudes fazem diferença: oferecer presença, ouvir sem interromper, evitar julgamentos, não minimizar o que a pessoa sente e perguntar de que forma é possível ajudar.

Frases como “isso é falta de força” ou “outras pessoas passam por coisa pior” fecham portas. Perguntas respeitadas, disponibilidade e orientação para os serviços adequados podem abri-las.

Em situações de risco imediato, a prioridade é a segurança. A pessoa não deve ser deixada sozinha, e os serviços de urgência precisam ser procurados. Informação responsável salva tempo, reduz insegurança e aproxima o cuidado.

O compromisso do RCP News

O jornalismo tem responsabilidade direta sobre a forma como a sociedade compreende a saúde mental. Palavras mal escolhidas podem reforçar preconceitos; abordagens responsáveis podem ampliar conhecimento, respeito e acesso à ajuda.

Nosso compromisso é informar sem explorar a dor, contextualizar sem rotular e oferecer caminhos confiáveis de cuidado. Também é abrir espaço para especialistas, famílias, profissionais da rede e pessoas com experiência vivida - sempre com consentimento, dignidade e proteção.

Precisamos avançar da escuta simbólica para a participação verdadeira. Experiências reais também produzem conhecimento e podem transformar serviços, políticas e relações. Ouvir sem julgamento é o primeiro passo. Acolher, respeitar e agir completam o compromisso.

“Escutar é reconhecer que a experiência do outro também contém conhecimento capaz de transformar o mundo.”

Onde buscar cuidado e apoio

No SUS, procure uma Unidade Básica de Saúde ou os serviços da Rede de Atenção Psicossocial, como os CAPS. O CVV atende pelo 188, gratuitamente, 24 horas por dia. Em risco imediato, procure uma emergência ou acione o SAMU pelo 192. Referência: Ministério da Saúde, orientações sobre prevenção do suicídio.

DIREITOS E INCLUSÃO

Inclusão não é favor

É direito, presença e compromisso

POR PROF. ROQUE CORTES PEREIRA

SELEÇÃO EDITORIAL PARA ESTA EDIÇÃO



Dia Mundial da Paralisia Cerebral: inclusão, direitos e compromisso. Capa editorial do RCP News.

No Dia Mundial da Paralisia Cerebral, o desafio é transformar conscientização em acessibilidade, autonomia, oportunidades e participação plena.

A paralisia cerebral não define a totalidade de uma pessoa. Cada indivíduo reúne capacidades, desejos, projetos, vínculos e formas próprias de participar do mundo. Quando a sociedade enxerga apenas o diagnóstico, reduz uma vida inteira a uma condição. Quando oferece acessibilidade, escuta e oportunidades, permite que a pessoa ocupe o lugar que sempre lhe pertenceu: o de sujeito de direitos.

Celebrar sem transformar a pessoa em objeto de compaixão

A conscientização responsável não deve produzir piedade, heroísmo artificial ou exposição. Deve produzir conhecimento, respeito e ação. Pessoas com paralisia cerebral não precisam ser tratadas como exemplos permanentes de superação para merecer atenção. Precisam ter sua individualidade reconhecida e encontrar condições concretas para estudar, trabalhar, circular, comunicar-se, criar vínculos e tomar decisões sobre a própria vida.

Superar barreiras não pode ser uma responsabilidade colocada exclusivamente sobre quem já convive com elas. A escola, o serviço de saúde, o transporte, a empresa, a cidade, a tecnologia e a comunicação precisam ser planejados para acolher diferentes corpos e formas de interação.

O cuidado começa cedo, mas deve acompanhar toda a vida

O diagnóstico e a intervenção precoces podem ampliar possibilidades de desenvolvimento e orientar as famílias. O cuidado, porém, não termina na infância. Pessoas com paralisia cerebral necessitam de acesso contínuo a uma rede capaz de integrar saúde, reabilitação, educação, assistência social e apoio à autonomia, de acordo com as necessidades de cada fase da vida.

DIREITOS E INCLUSÃO

Inclusão não é favor

CONTINUAÇÃO · Prof. Roque Cortes Pereira

Também precisamos cuidar de quem cuida. Famílias e cuidadores frequentemente reorganizam tempo, trabalho, renda e vida emocional para sustentar rotinas complexas. Oferecer orientação, descanso, proteção social e atendimento humanizado não é um gesto acessório: faz parte de uma política séria de cuidado.

Educação inclusiva exige estrutura, formação e expectativa

Matricular não basta. A inclusão escolar exige acessibilidade física e comunicacional, tecnologia assistiva quando necessária, formação dos profissionais e planejamento pedagógico que reconheça potencialidades sem ignorar necessidades específicas.

Um dos riscos mais graves é reduzir expectativas antes mesmo de conhecer a pessoa. Quando a escola presume incapacidade, limita experiências, participação e aprendizagem. Ensinar é deixar legado - e o legado de uma educação verdadeiramente inclusiva é permitir que cada estudante seja visto, desafiado e apoiado com dignidade.

Autonomia também se constrói no trabalho e na cidade

A inclusão profissional não pode se resumir ao preenchimento de uma cota. Empresas precisam avaliar talentos, adaptar processos, combater preconceitos e criar condições reais de permanência e desenvolvimento. Acessibilidade, nesse campo, envolve espaço físico, recursos tecnológicos, comunicação, jornada adequada e cultura organizacional.

Nas cidades, calçadas, transporte, edifícios, serviços e espaços culturais devem permitir circulação e participação. No ambiente digital, sites, aplicativos, documentos e conteúdos precisam ser concebidos para diferentes formas de acesso. Inovação que exclui não é progresso; é apenas uma barreira com aparência moderna.

Comunicação responsável: dar voz sem falar pelo outro

O jornalismo tem responsabilidade especial. É preciso ouvir pessoas com paralisia cerebral como fontes, especialistas, estudantes, profissionais, artistas, atletas e cidadãos - não apenas como personagens de matérias sobre deficiência.

A linguagem deve evitar infantilização, sensacionalismo e expressões que confundam condição com identidade total. A pauta precisa mostrar problemas públicos, cobrar soluções e reconhecer conquistas sem transformar o cotidiano em espetáculo. Representatividade verdadeira começa quando a pessoa participa da narrativa e não apenas aparece nela.

Minha visão é simples: inclusão não é favor, concessão nem gesto de bondade. É direito, presença e compromisso. Uma sociedade só avança quando ninguém precisa pedir permissão para participar dela.

“A verdadeira inclusão começa quando deixamos de perguntar se a pessoa cabe em nossas estruturas e passamos a transformar as estruturas para que todos possam participar.”

LONGEVIDADE E CIDADANIA

Envelhecer com dignidade

Voz, escolhas e futuro em todas as fases da vida

POR PROF. ROQUE CORTES PEREIRA

SELEÇÃO EDITORIAL PARA ESTA EDIÇÃO

**EM FOCO**

Voz, escolhas e futuro em todas as fases da vida

Voz, escolhas e futuro em todas as fases da vida. Ilustração produzida com inteligência artificial para o RCP News.

ACERVO · RCP NEWS

Neste Dia da Pessoa Idosa, o Brasil precisa transformar homenagens em oportunidades, cuidado e condições reais para o bem viver.

Nossa posição é clara: envelhecer deve preservar o direito de aprender, trabalhar, descansar, conviver, amar, participar e decidir. A dignidade não depende da produtividade, da renda ou da capacidade de realizar tudo sem ajuda. Ela pertence também a quem adoeceu, perdeu mobilidade ou precisa de cuidados permanentes.

Precisamos planejar o país considerando essa população em sua diversidade. Há pessoas idosas que empreendem, ensinam, praticam esportes e lideram projetos. Há outras que enfrentam pobreza, isolamento ou dependência. Políticas responsáveis precisam alcançar todas elas.

Na economia e no trabalho, experiência merece oportunidade

A experiência pode contribuir para decisões, formação de profissionais e continuidade de conhecimentos. Mas permanecer trabalhando precisa ser uma possibilidade acompanhada de condições dignas. Não podemos celebrar a longevidade enquanto ignoramos quem trabalha por necessidade, sem proteção ou perspectiva de descanso.

A aposentadoria também deve permitir escolhas. Empreender, desenvolver um projeto, dedicar-se à família ou simplesmente desfrutar o tempo são caminhos legítimos. O valor de uma pessoa não termina quando se encerra seu vínculo profissional.

LONGEVIDADE E CIDADANIA

Envelhecer com dignidade

CONTINUAÇÃO · Prof. Roque Cortes Pereira

Na educação e na tecnologia, aprender continua sendo um direito

Universidades, escolas, bibliotecas e centros culturais devem ampliar oportunidades de aprendizagem ao longo da vida. Pessoas idosas precisam encontrar espaço tanto para compartilhar conhecimentos quanto para adquirir outros.

Essa responsabilidade ganha força diante da digitalização de bancos, serviços públicos, consultas e relações sociais. Aplicativos acessíveis, linguagem compreensível e atendimento humano devem fazer parte da inovação. Quando um serviço exige habilidades digitais sem oferecer apoio, transfere ao cidadão uma dificuldade que a instituição deveria ajudar a resolver.

Na saúde, o objetivo é viver melhor ao longo dos anos

Isso exige cuidado integral, atento à saúde física e emocional, às condições de moradia e à vida cotidiana. Precisamos de serviços que escutem a pessoa, coordenem o atendimento e apoiem familiares e cuidadores.

No esporte e nas artes marciais, cabe criar oportunidades adequadas às condições de cada praticante, com orientação responsável e respeito aos limites individuais. O dojô, a academia, a praça e os espaços de convivência podem acolher diferentes gerações. A disciplina deve favorecer a continuidade da prática e o respeito ao próprio corpo.

Na família e na comunidade, respeito começa pela escuta

Cuidar exige reconhecer desejos, histórias e preferências. Falar diretamente com a pessoa idosa, incluí-la nas conversas e respeitar suas decisões são atitudes fundamentais.

Na proteção dos direitos, o compromisso precisa chegar à vida cotidiana

A violência pode aparecer na humilhação, na negligência e no abandono, mas também no controle indevido do dinheiro e do patrimônio. Em orientação publicada em setembro de 2026, o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania destacou situações como retenção de cartões e documentos, pressão por empréstimos e coerção envolvendo heranças. Denúncias de violações contra pessoas idosas podem ser encaminhadas ao Disque 100, disponível todos os dias, durante 24 horas.

Bancos, serviços públicos e redes de proteção precisam atuar com atenção a essas situações. A mediação pode ajudar a construir diálogo em conflitos familiares, desde que preserve a vontade da pessoa e jamais sirva para encobrir violência ou substituir a proteção necessária.

Na cidade e no mercado imobiliário, o envelhecimento deve orientar projetos: calçadas transitáveis, transporte acessível, iluminação, moradias seguras e serviços próximos. Uma pessoa pode desejar sair, conviver e participar, mas encontrar barreiras já na porta de casa. Acessibilidade é condição de cidadania.

Ensinar é deixar legado. Honrar esse legado exige reconhecer que quem envelhece continua tendo desejos, conhecimentos e caminhos a construir.

Viver mais é uma conquista. Viver com dignidade, pertencimento e liberdade deve ser um compromisso de todos nós.

DESDE 2004 · DESENVOLVIMENTO HUMANO E INCLUSÃO

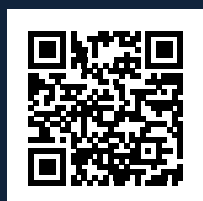
Oportunidades crescem quando caminhamos juntos.



Acervo FUNCLOB · Festival de Artes Marciais, 2023.

EDUCAÇÃO · FAMÍLIA · ESPORTE · OPORTUNIDADES

Tem uma iniciativa em educação, esporte, cultura ou cidadania? Apresente sua ideia e explore possibilidades de colaboração com a Fundação.



Sua iniciativa pode abrir caminhos.

funclob.org.br

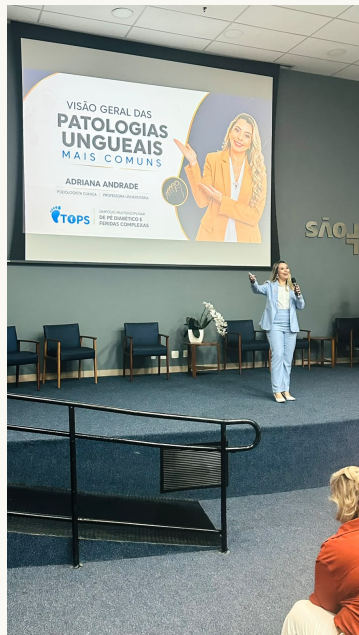
Projetos e parcerias · WhatsApp: (11) 4289-0384

COLUNISTAS · SAÚDE

Nem tudo o que parece ser é

A importância do olhar clínico no cuidado com os pés

POR ADRIANA ANDRADE



EM FOCO

A importância do olhar clínico no cuidado com os pés

Fotografia 1 enviada por Adriana Andrade para o artigo sobre o simpósio

ACERVO · RCP NEWS

O cuidado com os pés vai muito além daquilo que os olhos conseguem enxergar em um primeiro momento. Uma alteração aparentemente simples pode esconder uma condição que exige investigação, conhecimento e, principalmente, responsabilidade profissional.

Foi justamente essa reflexão que conduziu minha participação no XI Simpósio Multidisciplinar do Pé Diabético e Feridas Complexas, realizado no Hospital São Luiz Anália Franco, em São Paulo.

O encontro reuniu profissionais de diferentes áreas com um mesmo propósito: ampliar o conhecimento, promover a troca de experiências e reforçar a importância do trabalho multidisciplinar no atendimento ao paciente, especialmente diante de situações que envolvem o pé diabético e feridas complexas.

O olhar clínico do podólogo

Durante minha palestra, trouxe uma mensagem que considero fundamental para a prática clínica: “Nem tudo o que parece ser, é.”

Na Podologia, frequentemente encontramos alterações que, visualmente, podem se parecer umas com as outras. Uma unha alterada, por exemplo, não deve ser automaticamente considerada uma micose apenas por apresentar mudança de coloração, espessamento ou deformidade.

Existem diferentes patologias ungueais e condições sistêmicas capazes de produzir manifestações semelhantes. É aí que entra o olhar clínico.

COLUNISTAS · SAÚDE

Nem tudo o que parece ser é

CONTINUAÇÃO · Adriana Andrade



Fotografia 2 enviada por Adriana Andrade para o artigo sobre o simpósio



Costumo utilizar um exemplo simples: gêmeos idênticos podem parecer exatamente iguais à primeira vista, mas continuam sendo duas pessoas diferentes. Da mesma maneira, duas alterações ungueais podem possuir características visuais muito parecidas e, ainda assim, terem causas completamente distintas.

Por isso, observar é apenas o começo.

É necessário avaliar, investigar, conhecer a história do paciente, compreender os sinais apresentados e reconhecer também os limites da nossa atuação profissional.

Diagnóstico precipitado pode mudar uma conduta inteira

Quando assumimos que determinada alteração é algo sem realizarmos uma avaliação adequada, corremos o risco de estabelecer uma conduta que não corresponde à verdadeira necessidade daquele paciente. Na prática clínica, conhecimento técnico deve caminhar junto com responsabilidade.

O bom profissional não é aquele que simplesmente olha e afirma saber tudo. Muitas vezes, maturidade profissional significa reconhecer quando é necessário investigar mais, solicitar avaliação complementar ou encaminhar o paciente para outro profissional.

E essa visão torna-se ainda mais importante quando estamos diante de pacientes diabéticos ou pessoas com alterações circulatórias, neurológicas e outras condições que aumentam os riscos relacionados aos pés.

A força de uma equipe multidisciplinar

Um dos grandes ensinamentos do simpósio foi justamente mostrar que o paciente não deve ser observado de maneira fragmentada.

COLUNISTAS · SAÚDE

Nem tudo o que parece ser é

CONTINUAÇÃO · Adriana Andrade



Fotografia 4 enviada por Adriana Andrade para o artigo sobre o simpósio



Médicos, enfermeiros, podólogos e demais profissionais da saúde possuem conhecimentos e atribuições diferentes, mas que podem se complementar. Quando existe comunicação entre os profissionais, quem ganha é o paciente.

No contexto do pé diabético e das feridas complexas, essa integração pode representar prevenção de complicações, identificação precoce de riscos e encaminhamentos mais seguros.

Um momento especial também fora da profissão

Esta edição teve ainda um significado muito especial para mim.

Tive a oportunidade de compartilhar essa experiência ao lado do meu marido, Francisco Sousa, psicanalista e hipnoterapeuta, que veio da Flórida especialmente para participar do simpósio como palestrante.

Dividir um evento dessa importância com alguém que também faz parte da minha vida tornou aquele momento ainda mais marcante.

Mais do que estarmos juntos como marido e mulher, tivemos a oportunidade de compartilhar conhecimento e vivenciar, cada um dentro de sua área de atuação, a proposta de um encontro verdadeiramente multidisciplinar.

Foi a união entre a parceria pessoal e profissional em um dia dedicado ao conhecimento, à troca de experiências e ao cuidado com o ser humano.

Conhecimento transforma a maneira como enxergamos o paciente

Eventos científicos também nos lembram que nenhum profissional termina sua formação quando recebe um diploma.

COLUNISTAS · SAÚDE

Nem tudo o que parece ser é

CONTINUAÇÃO · Adriana Andrade



EM FOCO

A importância do olhar clínico no cuidado com os pés

Fotografia 6 enviada por Adriana Andrade para o artigo sobre o simpósio

ACERVO · RCP NEWS

A prática clínica muda. O conhecimento evolui. Novas tecnologias surgem. E o paciente que chega até nós também apresenta necessidades cada vez mais complexas. Por isso, precisamos continuar estudando, questionando e aperfeiçoando nosso olhar. Na Podologia, não podemos tratar apenas uma unha, uma fissura ou uma lesão.

Existe uma pessoa por trás daquele pé.

E quanto mais treinado estiver nosso olhar clínico, maior será nossa capacidade de perceber quando aquilo que parece simples merece uma investigação mais profunda. Porque, na clínica, existe uma diferença enorme entre ver e realmente enxergar.

E talvez uma das perguntas mais importantes que um profissional possa fazer diante de uma alteração seja: “Será realmente aquilo que parece ser?” Essa pergunta pode mudar completamente uma conduta.

Participações especiais

Nenhuma experiência marcante é construída sozinha. Ao longo do simpósio, tive a alegria de compartilhar esse momento com pessoas especiais, colegas, alunas e profissionais que fazem parte da minha trajetória e que também acreditam na força do conhecimento, da troca e da união entre profissionais.

Cada encontro cada conversa e cada registro tornou esse dia ainda mais especial.

Sobre a autora

Adriana Andrade é podologista clínica e professora universitária. Fundadora do Centro de Podologia Avançada, em Angra dos Reis/RJ; embaixadora do Simpósio Multidisciplinar do Pé Diabético e Feridas Complexas; organizadora de intercâmbios internacionais para podólogos e colunista RCP News. Instagram: @adrianaandrade.podologista.

Instagram: @adrianaandrade.podologista

COLUNISTAS · SAÚDE E FRATERNIDADE

Medicina e Maçonaria

Ética, apoio mútuo e compromisso com o cuidado

POR PROF. DR. FÁBIO BATISTA

SELEÇÃO EDITORIAL CONDENSADA DO ARTIGO ORIGINAL



Imagem enviada para a publicação.



INTRODUÇÃO:

Tanto no Brasil como no exterior, diversas atividades realizadas estão voltadas para o apoio e desenvolvimento das Ciências da Saúde.

DESENVOLVIMENTO:

A relação entre a Maçonaria e a Medicina, muitas vezes, envolve a atuação de profissionais de saúde que integram a Ordem e criam Associações de Classe voltadas à ética, ao apoio mútuo e à melhoria da saúde.

NO BRASIL E NO MUNDO

Brasil: Santas Casas e Instituições para Idosos de diversas cidades de São Paulo são dirigidas ou contam com a participação ativa de maçons.

Grupos de apoio a Instituições para o tratamento do Câncer, como a Casa do Maçom, que é um hotel de trânsito para os maçons ou familiares que estão em tratamento, mas não internados, no Hospital do Câncer de Barretos.

Campanhas de conscientização à saúde, como testes glicêmicos, prevenção ao suicídio, palestras com médicos e nutricionistas, além do Banco de Mobilidade, a fim de se conseguir aquisição de cadeiras de rodas e aparelhos ortopédicos. Associações de classe: AMEM - Associação dos Médicos Maçons, ligada a potências maçônicas estaduais.

Exterior: Associações de classe, maçonaria e ramos complementares, Instituições paramaçônicas que promovem eventos a fim de arrecadação de recursos para pesquisas e avanços técnicos terapêuticos, como no tratamento do câncer, enfermidades ortopédicas, vasculares, moléstias odontológicas, grandes queimados, uso de células tronco, etc.

CONCLUSÃO:

TOPS, medicina de precisão centrada no paciente, humanizada, ética, livre de conflitos de interesses e baseada em práticas e evidências científicas.

ESPORTE E FORMAÇÃO HUMANA

Sensei Maria

Do pódio ao compromisso de abrir caminhos pelo judô

POR PROF. ROQUE CORTES PEREIRA

SELEÇÃO EDITORIAL PARA ESTA EDIÇÃO

**EM FOCO**

Do pódio ao compromisso de abrir caminhos pelo judô

Turma reunida no tatame em registro enviado para esta matéria. Foto: acervo fornecido para a publicação.

ACERVO · RCP NEWS

Bicampeã brasileira, segundo sua biografia, Maria José da Silva Barbosa transformou uma cena de vulnerabilidade infantil em um projeto que reúne esporte, acolhimento e formação humana. À frente de um trabalho ligado ao Judô Pucher, sua trajetória aproxima a experiência competitiva da responsabilidade social.

Uma cena à meia-noite marcou o nascimento de uma missão. Crianças recolham sobras de pão em uma padaria quando Maria José da Silva Barbosa percebeu uma realidade que exigia mais do que indignação. Conforme relata sua biografia, daquele encontro surgiu a iniciativa que se tornaria o projeto “Tire uma Criança da Rua através do Judô”. A resposta começou com um convite: oferecer àqueles jovens a possibilidade de estudar, treinar e encontrar no esporte um espaço de convivência e oportunidade.

Nascida em 1975, Maria desenvolveu uma trajetória que atravessa diferentes modalidades. A biografia fornecida a apresenta como bicampeã brasileira de judô, faixa-preta de kung fu, campeã brasileira de judô chinês e vice-campeã de boxe chinês. Também registra faixa vermelha de kurash, faixa azul de jiu-jítsu e passagem pela luta olímpica como atleta do Centro Olímpico.

Essa diversidade de experiências compõe o repertório de uma educadora que conheceu as exigências da competição e hoje se dedica também à formação de alunos. Treinar para disputar um resultado exige persistência, preparação e capacidade de lidar com dificuldades. Ensinar acrescenta outra responsabilidade: compreender quem está aprendendo e criar condições para que cada pessoa avance.

ESPORTE E FORMAÇÃO HUMANA

Sensei Maria

CONTINUAÇÃO · Prof. Roque Cortes Pereira



Participantes no tatame, com familiares e acompanhantes ao redor. Foto: acervo fornecido para a publicação.

O projeto carrega no próprio nome a preocupação que motivou sua criação. Retirar uma criança de uma situação de vulnerabilidade, porém, envolve uma construção continuada. O acesso ao esporte pode integrar esse caminho ao lado da escola, da família e das redes de proteção. Seu valor está em oferecer uma oportunidade concreta de participação, com rotina, acompanhamento e relações de confiança.

Segundo o documento, Maria lidera 170 atletas por meio do Judô Pucher. O número dimensiona o alcance informado pela biografia, mas a relevância da iniciativa também se revela no trabalho necessário para sustentar cada vínculo. Receber um aluno é o começo. Acompanhar sua aprendizagem, reconhecer suas dificuldades e incentivar sua permanência são tarefas que dão consistência a um projeto educativo.

Em uma aula, o aprendizado pode começar por gestos simples: cumprimentar o colega, esperar a vez, ouvir uma orientação e cuidar de quem participa do exercício. Esses gestos oferecem situações concretas para trabalhar respeito, responsabilidade e convivência. A técnica ganha sentido dentro de uma relação em que o desenvolvimento de um praticante depende também da atenção ao outro.

Essa perspectiva encontra fundamento em dois princípios associados ao judô de Jigoro Kano: Seiryoku Zenyo, entendido como o melhor uso da energia, e Jita Kyoei, ligado ao benefício e à prosperidade mútuos. A Federação Internacional de Judô apresenta esses princípios como bases da filosofia da modalidade.

Aplicados à leitura do trabalho de Maria, eles ajudam a explicar por que o conhecimento esportivo pode ter uma função social. Aprender a empregar o próprio esforço com inteligência e contribuir para o progresso coletivo são ideias que aproximam formação técnica e compromisso comunitário. A frase “prosperidade e benefício mútuos”, como tradução de Jita Kyoei, sintetiza esse horizonte: o crescimento de cada pessoa deve considerar também o bem daqueles com quem ela convive.

ESPORTE E FORMAÇÃO HUMANA

Sensei Maria

CONTINUAÇÃO · Prof. Roque Cortes Pereira



EM FOCO

Do pódio ao compromisso de abrir caminhos pelo judô

Registro de convivência do grupo durante um deslocamento. Foto: acervo fornecido para a publicação.

Uma das frentes destacadas na biografia é a inclusão de pessoas com diferentes necessidades de participação. O material informa que Maria ministra aulas para cadeirantes e desenvolve atividades com crianças autistas e com transtorno do déficit de atenção com hiperatividade, o TDAH.

Esse aspecto merece atenção porque a inclusão se realiza nas condições de aprendizagem. A presença no espaço esportivo precisa vir acompanhada de escuta, acessibilidade, orientação adequada e respeito ao ritmo de cada aluno. A qualidade de um trabalho inclusivo está na capacidade de reconhecer diferenças e organizar possibilidades reais de participação.

O documento apresenta autonomia, desenvolvimento motor e integração social como objetivos dessa atuação. São propósitos educativos que devem ser compreendidos a partir das necessidades de cada participante. A força da iniciativa está na disposição de ampliar o acesso ao tatame e de tratar cada aluno como alguém capaz de aprender, contribuir e pertencer ao grupo.

Nesse contexto, competir pode integrar a formação: preparar-se, enfrentar desafios, respeitar regras e aprender com resultados são experiências que merecem acompanhamento. O trabalho do professor continua depois de uma vitória ou de uma derrota, quando é preciso ajudar o praticante a compreender o que viveu e a definir seu próximo passo.

O reconhecimento da Sensei Maria deve considerar essa continuidade. Seus títulos, conforme registrados na biografia, fazem parte de uma história esportiva relevante. O projeto revela como essa experiência foi colocada em circulação, alcançando crianças, jovens e pessoas que precisam de condições mais acessíveis para participar.

Seu legado se constrói na passagem entre perceber uma necessidade e sustentar uma resposta. No tatame, essa resposta ganha forma a cada aula, a cada vínculo e a cada oportunidade de aprendizagem. A história da Sensei Maria mostra o alcance de uma educadora que fez da experiência nas artes marciais um instrumento de serviço: ensinar uma técnica, acolher uma pessoa e ajudá-la a encontrar um caminho possível.

ESPORTE E CIDADANIA

O poder transformador do judô

Aprendizagem e comunidade no CEU Caminho do Mar

POR REDAÇÃO RCP NEWS

SELEÇÃO EDITORIAL PARA ESTA EDIÇÃO



EM FOCO

Aprendizagem e comunidade no CEU Caminho do Mar

Fotografia do acervo enviado para esta edição.

ACERVO · RCP NEWS

Cerimônia realizada no Jabaquara reconheceu a evolução de crianças e jovens atendidos em contexto de vulnerabilidade social e reafirmou valores como disciplina, respeito, amizade e superação.

No dia 20 de setembro de 2026, o CEU Caminho do Mar, localizado no Jabaquara, em São Paulo, recebeu uma emocionante cerimônia de troca de faixas, marcando a evolução de aproximadamente 200 alunos atendidos em contexto de vulnerabilidade social.

A faixa representa evolução e responsabilidade

No Judô, a troca de faixa não significa apenas o domínio de novas técnicas. Ela representa crescimento, responsabilidade e amadurecimento. Para conquistar uma nova graduação, o aluno precisa demonstrar disciplina, frequência, respeito aos professores e companheiros, além de comprometimento com os ensinamentos transmitidos no dojô.

Os grandes preceitos do Judô

Criado pelo mestre Jigoro Kano, o Judô foi concebido como um método de educação integral, capaz de desenvolver o corpo, a mente e o caráter. Sua filosofia está alicerçada em dois princípios fundamentais:

Seiryoku Zenyo - o uso mais eficiente da energia física e mental; Jita Kyoei - prosperidade e benefícios mútuos.

Esses princípios ensinam que a força deve ser utilizada com inteligência, equilíbrio e responsabilidade. Também demonstram que ninguém evolui verdadeiramente sozinho: o desenvolvimento individual deve contribuir para o crescimento coletivo.

ESPORTE E CIDADANIA

O poder transformador do judô

CONTINUAÇÃO · Redação RCP News



Registros do acervo enviado para esta edição.

Esporte, inclusão e cidadania

Para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, o acesso ao esporte orientado representa muito mais que uma atividade física. Significa encontrar acolhimento, referências positivas, senso de pertencimento e novas perspectivas para o futuro.

O Judô contribui para o desenvolvimento da autoestima, da concentração, da disciplina e da responsabilidade. Também auxilia na prevenção da violência, fortalece vínculos comunitários e oferece aos alunos ferramentas para enfrentarem os desafios cotidianos com maior equilíbrio e confiança.

Reconhecimento à Sensei Maria

A cerimônia também foi marcada por manifestações de carinho e gratidão à Sensei Maria, reconhecida pelos alunos como uma educadora dedicada e uma importante referência de inspiração, força e superação.

Seu trabalho demonstra que o papel de um sensei vai muito além do ensino técnico. Educar pelo Judô significa acompanhar trajetórias, acreditar no potencial de cada aluno e transmitir valores por meio do exemplo.

Uma conquista de toda a comunidade

A troca de faixas realizada no CEU Caminho do Mar reafirma a importância de políticas, projetos e iniciativas que utilizam o esporte como instrumento de educação e inclusão social.

A evolução desses 200 alunos é resultado de um esforço coletivo que envolve professores, familiares, apoiadores, lideranças esportivas e toda a comunidade. Cada pessoa que contribui para a continuidade do projeto também participa da construção de novas oportunidades e de um futuro mais digno.

“Na vida, assim como no dojô, cair faz parte do aprendizado; levantar-se com coragem, disciplina e honra é o que transforma uma trajetória em legado.”- Sensei Roque Cortes Pereira

EDUCAÇÃO E CIDADANIA

Livre-arbítrio, educação e cidadania

Entre a dependência e a emancipação

POR RICARDO ROBSON DA SILVA

SELEÇÃO EDITORIAL PARA ESTA EDIÇÃO

**EM FOCO**

Entre a dependência e a emancipação

Capa do ensaio enviado pelo autor.

ACERVO · RCP NEWS

“Não existe liberdade política plenamente exercida onde faltam conhecimento, autonomia de consciência e condições materiais mínimas para que o cidadão possa escolher sem submissão”.

Ao concluir a primeira fase da coleção Brasilanomia, chegamos a uma ideia central: reconstruir uma República não significa apenas reformar leis, substituir dirigentes ou reorganizar estruturas administrativas.

Criticar deficiências educacionais, clientelismo político ou utilização eleitoral da vulnerabilidade social é legítimo; diferente seria presumir que pessoas pobres ou beneficiárias de programas sociais sejam incapazes de pensar autonomamente.

I - Livre-arbítrio não significa apenas possibilidade de escolher

A liberdade pode ser entendida em dois planos complementares.

No primeiro, encontra-se a liberdade formal: ninguém deve ser coagido a adotar determinada opinião política, religião, associação ou candidato.

No segundo está a capacidade concreta de exercer essa liberdade. Para escolher conscientemente, o cidadão precisa compreender informações, distinguir argumento de propaganda, identificar interesses, comparar propostas, reconhecer desinformação e avaliar consequências.

É nesse segundo plano que a educação assume dimensão republicana.

Uma democracia saudável não necessita de cidadãos que pensem da mesma maneira. Ao contrário: necessita de cidadãos capazes de pensar por si mesmos e discordar racionalmente.

EDUCAÇÃO E CIDADANIA

Livre-arbítrio, educação e cidadania

CONTINUAÇÃO · Ricardo Robson da Silva

Por isso, educação democrática não deve significar doutrinação - seja governamental, partidária, ideológica ou de qualquer outra natureza.

Deve significar formação intelectual suficientemente robusta para que o estudante possa conhecer posições diferentes, questioná-las e construir suas próprias conclusões.

II - Educação: formar consciências, não fabricar consensos

A escola republicana não pertence a governos, partidos, movimentos ou corporações. Pertence à sociedade.

Seu compromisso fundamental deve ser com conhecimento, método, evidências, pluralidade e desenvolvimento da capacidade crítica.

Isso pressupõe alfabetização sólida, domínio da língua, matemática, ciências, história, filosofia, artes e compreensão das instituições democráticas. Pressupõe também ensinar o jovem a perguntar: - Quem afirma? - Com base em quê? - Qual é a evidência?

- Há interpretação alternativa? - Quais são as consequências dessa decisão?

O problema educacional, portanto, deve ser enfrentado com evidências e não apenas por acusações ideológicas.

Uma educação deficiente pode tornar qualquer sociedade mais vulnerável à manipulação - de esquerda, de direita, governamental, econômica, religiosa, digital ou populista. O antídoto não é trocar uma doutrinação por outra. É ensinar a pensar.

III - Assistência social: proteção não pode significar dependência política

Aqui é necessária uma distinção particularmente importante. Programas de transferência de renda não devem ser reduzidos à expressão "migalhas".

Em situações de pobreza, a assistência pode representar alimentação, permanência escolar e proteção mínima indispensável à dignidade humana. O Bolsa Família, por exemplo, possui condicionalidades relacionadas à educação e à saúde.

- Uma política social consegue transformar proteção imediata em emancipação progressiva?

O Estado social cumpre melhor sua finalidade quando a transferência de renda integra uma trajetória que inclua educação de qualidade, qualificação profissional, acesso ao trabalho, empreendedorismo possível, saúde, segurança e oportunidades reais de mobilidade social.

Deveria ser criar condições para que, quando possível, cada vez mais famílias deixem de necessitar do benefício porque sua renda e autonomia aumentaram. - A assistência protege. - A educação emancipa. - O trabalho proporciona autonomia econômica. E políticas públicas bem estruturadas precisam articular essas três dimensões.

IV - O perigo do clientelismo

O problema começa quando a vulnerabilidade social deixa de ser uma condição a superar e passa a ser explorada politicamente.

EDUCAÇÃO E CIDADANIA

Livre-arbítrio, educação e cidadania

CONTINUAÇÃO · Ricardo Robson da Silva

Clientelismo pode ser compreendido como a transformação da relação entre cidadão e Estado numa relação de favor, dependência e retribuição política. Numa República, porém, benefício social não é presente de governante.

É política pública instituída juridicamente, financiada pela sociedade e submetida a critérios legais.

Da mesma maneira, escola, hospital, segurança, infraestrutura e assistência não pertencem ao político que circunstancialmente ocupa o poder. A distinção parece simples, mas possui enorme importância pedagógica.

Quando alguém acredita dever gratidão pessoal a uma autoridade por aquilo que constitui política pública, enfraquece-se a compreensão da cidadania. O cidadão deixa de perguntar: - “Esta política funciona?” e pode passar a perguntar: - “Quem me concedeu isso?”

V - Livre-arbítrio e dignidade

Chegamos, então, à aparente dicotomia. - Existe livre-arbítrio onde existe pobreza?

Sim - juridicamente e moralmente, pessoas em situação de pobreza continuam sendo sujeitos autônomos. Mas a qualidade das escolhas humanas pode ser afetada pelas circunstâncias.

Quem enfrenta fome, insegurança, baixa escolaridade ou ausência de perspectivas tende naturalmente a atribuir maior peso às necessidades imediatas.

Isso não constitui deficiência moral; constitui uma realidade humana que políticas públicas responsáveis devem considerar.

Por isso, a liberdade republicana precisa caminhar juntamente com a ampliação das capacidades individuais.

Quanto maior o repertório educacional, profissional e cultural de uma pessoa, maior tende a ser seu horizonte de possibilidades.

A verdadeira emancipação não consiste em dizer ao cidadão o que escolher. Consiste em proporcionar-lhe condições para que ninguém precise escolher por ele.

VI - Família, escola e Estado: responsabilidades compartilhadas

A família continua desempenhando papel fundamental na transmissão de valores, limites, responsabilidade e convivência. A escola oferece conhecimento sistematizado. A sociedade proporciona experiências de cooperação. As instituições ensinam também pelo exemplo.

Quando autoridades exigem respeito às normas enquanto procuram privilégios para si próprias, produzem pedagogia negativa.

Quando corrupção, favorecimento ou impunidade são naturalizados, o jovem aprende uma lição silenciosa: as regras seriam relativas ao poder de quem as enfrenta.

EDUCAÇÃO E CIDADANIA

Livre-arbítrio, educação e cidadania

CONTINUAÇÃO · Ricardo Robson da Silva

VII - Da assistência à autonomia

Uma estratégia nacional de emancipação deveria perseguir uma sequência virtuosa: Proteção social → Educação → Qualificação → Trabalho → Renda → Autonomia → Cidadania plena. Não se trata de abandonar quem necessita do Estado.

Trata-se exatamente do contrário: oferecer uma política pública suficientemente competente para que a pessoa tenha cada vez mais possibilidades.

O sucesso de uma política social não deve ser medido somente pelo volume de recursos transferidos ou pelo número de atendimentos realizados.

Deve também considerar resultados: permanência escolar, aprendizagem, qualificação, saúde, inserção produtiva, mobilidade social e redução sustentável da vulnerabilidade.

VIII - A crítica que também precisa olhar para si mesma

Existe, finalmente, uma obrigação intelectual de quem critica. Se condenamos doutrinação, devemos rejeitá-la independentemente de sua origem.

Se defendemos liberdade de pensamento, precisamos admitir que pessoas igualmente informadas podem chegar legitimamente a conclusões políticas diferentes.

Se exigimos responsabilidade dos governantes, precisamos exigir responsabilidade também da sociedade. E se pretendemos combater manipulação política, não podemos substituir argumentos por rótulos.

Essa talvez seja uma das fronteiras mais difíceis da maturidade republicana: defender o direito do outro de chegar, livremente, a uma conclusão diferente da nossa. Pensamento crítico não é ensinar alguém a concordar conosco. É oferecer instrumentos para que possa, inclusive, discordar de nós com fundamento.

Conclusão - A liberdade que precisa ser construída

A reconstrução nacional não nascerá da submissão do cidadão ao Estado, tampouco do abandono dos vulneráveis à própria sorte.

Nascerá do equilíbrio entre proteção e autonomia, direitos e deveres, solidariedade e responsabilidade.

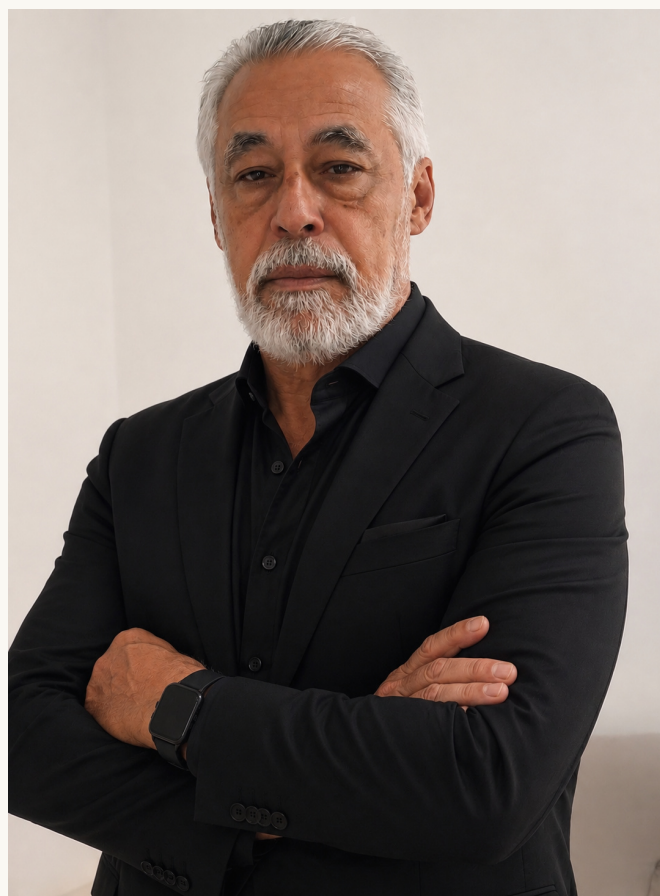
Um país verdadeiramente desenvolvido não deveria aspirar a uma população permanentemente dependente do poder público, mas também não deveria aceitar que pobreza, origem familiar ou desigualdade determinem o destino de uma criança.

A República cumpre sua missão quando oferece instrumentos para que cada pessoa amplie progressivamente sua capacidade de conduzir a própria existência. E aqui o livre-arbítrio encontra sua dimensão cívica mais elevada. Não basta permitir que alguém escolha.

É necessário garantir educação e instituições que lhe permitam compreender aquilo que está escolhendo.

Conhecimento que inspira. Experiência que forma.

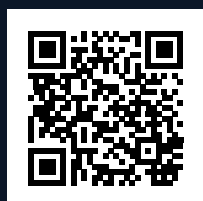
**Prof. Roque
Cortes Pereira**



Uma trajetória que conecta educação, comunicação, liderança institucional e artes marciais.

PALESTRAS · ENTREVISTAS · LIVROS · PROJETOS

Conheça o autor, explore suas obras e convide o professor para uma conversa sobre formação, propósito e construção de legado.



Conheça a trajetória e as obras.

roquecortespereira.com.br

WhatsApp: (11) 4289-0384

JUSTIÇA E ARBITRAGEM

30 anos da Lei da Arbitragem

Segurança jurídica, evolução e credibilidade

POR PROF. ROQUE CORTES PEREIRA

Marco de 1996 transformou a solução de conflitos patrimoniais. Após três décadas de evolução, o futuro da arbitragem depende também da qualificação e da independência de quem julga.

Há exatos 30 anos, em 23 de setembro de 1996, era sancionada a Lei nº 9.307, conhecida como Lei da Arbitragem. O marco permitiu que as partes submetessem conflitos relativos a direitos patrimoniais disponíveis à decisão de árbitros escolhidos conforme a convenção arbitral.

A lei conferiu força à decisão: a sentença arbitral produz, entre as partes e seus sucessores, os mesmos efeitos da sentença judicial. Quando condenatória, constitui título executivo, sem necessidade de homologação judicial prévia. A exceção é a sentença arbitral estrangeira, que depende de homologação pelo Superior Tribunal de Justiça para ser reconhecida ou executada no Brasil.

Uma trajetória de consolidação

A confiança na arbitragem ganhou impulso em 12 de dezembro de 2001, quando o Supremo Tribunal Federal reconheceu a constitucionalidade da Lei da Arbitragem no julgamento da Sentença Estrangeira 5.206. A decisão afastou dúvidas sobre o instituto e contribuiu para sua consolidação nas relações contratuais e empresariais.

Em 2015, a Lei nº 13.129 atualizou o marco legal. Passou a admitir expressamente que a administração pública direta e indireta utilize a arbitragem para resolver conflitos relativos a direitos patrimoniais disponíveis. A reforma também disciplinou medidas de urgência, a carta arbitral, as sentenças parciais e os efeitos da instauração da arbitragem sobre a prescrição. Nos procedimentos que envolvem a administração pública, a arbitragem deve ser de direito e respeitar o princípio da publicidade.

A evolução continuou. O Decreto nº 10.025/2019 estabeleceu regras para disputas arbitrais envolvendo a administração pública federal em setores de transportes e portos. Já a Lei nº 14.133/2021, de Licitações e Contratos Administrativos, previu a arbitragem entre os meios de solução de controvérsias em contratos públicos, inclusive para questões de reequilíbrio econômico-financeiro, inadimplemento contratual e cálculo de indenizações.

JUSTIÇA E ARBITRAGEM

30 anos da Lei da Arbitragem

CONTINUAÇÃO · Prof. Roque Cortes Pereira

Especialização, eficiência e previsibilidade

A possibilidade de escolher árbitros com conhecimento na matéria da disputa é especialmente valiosa em contratos complexos de infraestrutura, energia, construção, turismo, eventos e mercado imobiliário. A especialização permite examinar com profundidade questões técnicas e práticas próprias de cada setor.

As partes também podem definir regras e prazos adequados ao conflito. Essa flexibilidade favorece o planejamento e pode contribuir para uma solução mais eficiente. A rapidez, porém, não é automática: depende da complexidade da controvérsia e da condução do procedimento. A lei prevê que a sentença seja proferida no prazo estipulado pelas partes ou, na falta de convenção, em seis meses, admitida prorrogação de comum acordo.

A confidencialidade pode ser estipulada em arbitragens privadas, mas não deve ser apresentada como característica obrigatória de todo procedimento. Quando a administração pública participa, a lei exige publicidade. Explicar esses limites com clareza também é uma forma de fortalecer a segurança jurídica.

A credibilidade começa na conduta do árbitro

O aniversário da lei convida a olhar além da expansão da arbitragem. A confiança das partes exige árbitros tecnicamente preparados, independentes e imparciais, capazes de revelar vínculos que possam comprometer a percepção de isenção.

O dever de revelar fatos que suscitem dúvida justificada sobre a imparcialidade e a independência do árbitro está previsto no artigo 14 da Lei da Arbitragem. A credibilidade de um procedimento depende da transparência sobre vínculos relevantes e do respeito às garantias das partes.

É nesse compromisso com o estudo, a formação e a ética que a ABRAJUS - Academia Brasileira de Ciências e Letras da Justiça Arbitral se apresenta à comunidade arbitral. Sob a presidência do Prof. Dr. J.B. Oliveira, a instituição, em fase de estruturação, propõe aproximar pesquisa e prática, estimular a produção de conhecimento e contribuir para a qualificação dos profissionais da área. (rcpnews.com.br)

Celebrar os 30 anos da Lei da Arbitragem é reconhecer uma conquista do Direito brasileiro e renovar uma responsabilidade: fazer com que cada procedimento seja conduzido com competência, equilíbrio e respeito às partes. A lei abriu o caminho. A confiança construída em cada decisão determinará a força desse legado nas próximas décadas.

EDITORIAL · INSTITUIÇÕES

Quem julga também precisa inspirar confiança

Independência, transparência e legitimidade

POR PROF. ROQUE CORTES PEREIRA

A força de uma instituição não está apenas no poder que exerce, mas na credibilidade que consegue preservar quando é chamada a olhar para si mesma.

Em situações que envolvem integrantes da própria Corte, a sociedade não deve receber prejulgamentos, condenações antecipadas ou narrativas de torcida. O que se espera é exatamente o contrário: regra, transparência, contraditório, responsabilidade e decisão fundamentada.

A independência judicial é indispensável à democracia. Sem ela, juízes poderiam ser submetidos a pressões políticas, econômicas ou partidárias. Mas independência não pode ser confundida com ausência de prestação de contas. Instituições fortes não são aquelas que não podem ser questionadas.

São aquelas capazes de responder ao questionamento sem perder equilíbrio, autoridade e legitimidade. Esse é o ponto central.

Quando uma Corte exige transparência, imparcialidade e responsabilidade dos demais poderes, precisa demonstrar que esses mesmos princípios também orientam sua conduta interna. Não se trata de enfraquecer o Supremo. Trata-se justamente de fortalecê-lo.

Porque a confiança pública não nasce do cargo. Nasce da coerência. Nasce da previsibilidade dos procedimentos. Nasce da clareza das regras. Nasce da capacidade de demonstrar que ninguém está acima dos princípios que sustentam a República. O Brasil precisa de um Judiciário independente.

Mas precisa também de um Judiciário compreensível. Precisa de decisões firmes. Mas também de processos transparentes. Precisa de autoridade. Mas autoridade sem legitimidade se desgasta. A democracia madura não exige instituições populares. Exige instituições confiáveis.

EDITORIAL · INSTITUIÇÕES

Quem julga também precisa inspirar confiança

CONTINUAÇÃO · Prof. Roque Cortes Pereira

E confiança não significa concordância permanente.

Uma sociedade pode discordar de uma decisão e ainda respeitar a instituição que a tomou - desde que reconheça que houve método, equilíbrio, fundamento e respeito às regras. Esse talvez seja um dos maiores desafios institucionais do Brasil contemporâneo.

Não transformar a Justiça em palco político. Não transformar investigação em espetáculo. Não transformar crítica legítima em ataque à democracia. E também não transformar independência institucional em argumento para evitar escrutínio. O caminho responsável está no equilíbrio.

O jornalismo também tem um papel decisivo nesse processo. Cabe separar alegação de prova, opinião de fato, suspeita de condenação, narrativa de evidência. Cabe explicar o rito. Cabe mostrar quem decide. Cabe apresentar as versões. Cabe contextualizar.

Cabe resistir à tentação da manchete fácil quando o assunto exige profundidade. Porque, em momentos de tensão institucional, a imprensa não deve aumentar o ruído. Deve produzir clareza. No fim, a discussão ultrapassa nomes, cargos e circunstâncias. Ela alcança uma pergunta maior:

como preservar a confiança em instituições que exercem enorme poder sobre a vida pública? A resposta começa com algo simples e difícil ao mesmo tempo: coerência. Quem exige responsabilidade precisa praticá-la. Quem cobra transparência precisa demonstrá-la.

Quem julga precisa preservar não apenas autoridade jurídica, mas também confiança pública. Porque instituições verdadeiramente fortes não temem o escrutínio. Fortalecem-se quando demonstram que independência, limites e prestação de contas podem coexistir.

Frase editorial

“O verdadeiro poder de uma instituição não está em ser imune ao escrutínio, mas em demonstrar que pode ser escrutinada sem perder independência, equilíbrio e legitimidade.”

“O verdadeiro poder de uma instituição não está em ser imune ao escrutínio, mas em demonstrar que pode ser escrutinada sem perder independência, equilíbrio e legitimidade.”

RCP NEWS TALKS

Um encontro com o conhecimento

Formação de Juiz Arbitral com o Prof. J. B. Oliveira

POR REDAÇÃO RCP NEWS



Prof. Roque Cortes Pereira recebe o Prof. J. B. Oliveira no encontro de 13 de outubro.

A nova temporada do RCP News Talks tem um encontro marcado com o conhecimento. Na terça-feira, 13 de outubro de 2026, às 19h30, no horário de Brasília, o Prof. Roque Cortes Pereira recebe o Prof. J. B. Oliveira, presidente da ABRAJUS, para uma conversa sobre Formação de Juiz Arbitral.

A entrevista será transmitida ao vivo pelo YouTube. O público já pode acessar a página exclusiva do encontro, compartilhar o endereço e, quando a plataforma oferecer essa opção, ativar o lembrete para acompanhar o programa.

Formação como ponto de partida

O tema escolhido coloca a formação no centro da conversa. Para quem se interessa pela arbitragem, conhecer o assunto exige mais do que familiaridade com uma expressão: pede estudo, perguntas bem formuladas e atenção à responsabilidade que acompanha qualquer atividade ligada à solução de conflitos.

É esse horizonte que orienta a chamada do episódio. A presença do presidente da ABRAJUS abre espaço para ouvir uma perspectiva institucional e aproximar o público de um tema que merece ser tratado com clareza. O encontro será uma oportunidade de acompanhar o diálogo e construir uma compreensão inicial, sem substituir estudo aprofundado ou orientação específica.

RCP NEWS TALKS

Um encontro com o conhecimento

CONTINUAÇÃO · Redação RCP News

13 OUTUBRO 2026 | 19H30 | BRASÍLIA

PROF. J. B. OLIVEIRA · APRESENTAÇÃO: PROF. ROQUE



O RCP News Talks apresenta uma entrevista jornalística. A divulgação deste programa não constitui oferta de curso, inscrição em formação ou promessa de certificação. Seu propósito é colocar o assunto em debate e oferecer ao público um ponto de encontro com o conhecimento.

Uma conversa conduzida pelo Prof. Roque

Na apresentação, o Prof. Roque Cortes Pereira será o elo entre o convidado e a audiência. A proposta editorial do programa valoriza a escuta, o contexto e as perguntas que ajudam a transformar temas especializados em conversas acessíveis, preservando a profundidade que o assunto exige.

A nova temporada reforça essa vocação: reunir pessoas, experiências e ideias em torno de temas que dialogam com a educação, a cidadania e a vida em sociedade. Neste encontro, a formação de juiz arbitral será o eixo que aproxima a experiência do convidado da curiosidade de quem deseja conhecer melhor o campo.

Um convite para acompanhar e compartilhar

O episódio é um convite a estudantes, educadores, profissionais e leitores interessados em formação e solução de conflitos. Não é necessário dominar o tema para acompanhar: a curiosidade e a disposição para ouvir são bons pontos de partida.

Até a data do programa, o link exclusivo permite organizar a agenda e convidar outras pessoas para assistir. Quem deseja divulgar o encontro pode compartilhar esta matéria, que reúne as informações de serviço e o acesso direto à transmissão.

Reserve o horário e acompanhe a conversa. Em 13 de outubro, o RCP News Talks reúne o Prof. Roque Cortes Pereira e o Prof. J. B. Oliveira em mais um encontro da nova temporada.

O conflito pede um caminho. Construa a solução.

Diálogo, técnica e responsabilidade na solução de conflitos.

Conheça a Câmara da FADESP Brasil e informe-se sobre mediação e arbitragem. Escolher um método adequado começa por compreender o conflito e as possibilidades de resolução.

MEDIAÇÃO

Um espaço para diálogo e construção de acordos entre as partes.

ARBITRAGEM

Decisão de conflitos sobre direitos patrimoniais disponíveis, mediante convenção arbitral.

INFORMAÇÃO

Consulte a instituição sobre atendimento, procedimentos e condições aplicáveis.



Conheça a Câmara. Inicie uma conversa.

fadespbrasil.org.br

WhatsApp institucional: (11) 94141-1018

COLUNISTAS · CUIDADO E RECOMEÇOS

Luto sem respostas prontas

Perdas, cuidado e recomeços

POR KLEBER FERVENÇA



EM FOCO

Perdas, cuidado e recomeços

Kleber Fervença · Arquivo pessoal. Imagem cedida para uso editorial.

ACERVO · RCP NEWS

Nem toda perda é visível. Algumas acontecem em silêncio e também exigem tempo, escuta e cuidado para que a vida possa ser reorganizada.

Falar sobre luto é falar sobre a experiência humana diante de uma perda que não pode ser simplesmente desfeita. A morte de alguém querido é uma experiência profunda de perda, mas outras rupturas também podem exigir tempo e cuidado. Uma separação, um adoecimento, a perda de um emprego, o encerramento de um projeto ou a transformação da própria identidade também podem exigir um processo de elaboração.

A Tanatologia Clínica contribui para ampliar a compreensão dessas experiências sem reduzi-las a frases prontas, fórmulas rápidas ou etapas obrigatórias. Seu ponto de partida é reconhecer que cada pessoa estabelece vínculos singulares com pessoas, lugares, funções, sonhos e formas de existir. Por isso, cada perda também produz uma história própria.

Quando o luto não começa no velório

Em geral, a palavra luto é associada imediatamente à morte. Essa associação é compreensível, mas pode deixar de fora outras experiências que transformam profundamente a vida.

COLUNISTAS · CUIDADO E RECOMENDOS

Luto sem respostas prontas

CONTINUAÇÃO · Kleber Fervença

Há pessoas que atravessam o luto depois de uma separação. Outras vivem a perda de um trabalho que representava segurança, reconhecimento ou uma parte importante de sua identidade. Há quem precise reorganizar a própria vida depois de um diagnóstico, de uma mudança corporal, da saída dos filhos de casa ou do encerramento de uma trajetória profissional.

Isso não significa dizer que todas as perdas são iguais. A morte de uma pessoa querida tem uma dimensão própria e não deve ser comparada de maneira simplista com outras situações. O que essas experiências têm em comum é a necessidade de reconhecer que algo mudou e que a pessoa talvez precise de tempo e apoio para compreender essa mudança.

Nem todo luto é anunciado por uma despedida pública. Algumas perdas acontecem em silêncio, mas continuam produzindo efeitos na maneira como a pessoa vive, trabalha e se relaciona.

As perdas invisíveis

Uma perda invisível é aquela que existe para quem a vive, mas não recebe o mesmo reconhecimento das pessoas ao redor. Quando alguém perde um emprego, por exemplo, pode ouvir que logo encontrará outro. Depois de uma separação, pode ser aconselhado a “seguir em frente”. Diante de uma mudança de carreira, talvez escute que basta começar de novo.

Essas frases costumam nascer de uma tentativa de ajudar, mas podem interromper a escuta. Antes de procurar uma solução, é necessário compreender o que aquela experiência representava. O trabalho perdido poderia estar ligado à autonomia, ao pertencimento ou ao reconhecimento. O relacionamento encerrado poderia organizar uma rotina, uma família e uma imagem de futuro. O adoecimento pode alterar o modo como a pessoa se relaciona com o próprio corpo e com suas possibilidades.

Reconhecer essas dimensões não significa transformar toda dificuldade em doença. Significa evitar que o sofrimento seja tratado com descuido ou que a pessoa seja responsabilizada por não retornar rapidamente ao funcionamento de antes.

A pressão para superar

A cultura contemporânea valoriza velocidade, desempenho e produtividade. Em muitos ambientes, até o sofrimento é tratado como um problema que precisa ser resolvido rapidamente. A pessoa enlutada recebe mensagens para ser forte, manter a rotina e voltar ao normal.

Mas qual normalidade existia antes da perda? Em muitos casos, o objetivo do cuidado não é fazer a pessoa voltar exatamente ao ponto anterior. A experiência vivida pode modificar prioridades, vínculos, expectativas e maneiras de compreender a própria história.

COLUNISTAS · CUIDADO E RECOMENDOS

Luto sem respostas prontas

CONTINUAÇÃO · Kleber Fervença

Elaborar o luto não é apagar a pessoa que morreu, negar a ruptura ou esquecer o que aconteceu. Também não é permanecer paralisado para provar a intensidade da dor. Elaborar é construir, pouco a pouco, uma relação possível com aquilo que mudou.

O que significa fechar um ciclo

Fechar um ciclo não é declarar que tudo terminou sem deixar marcas. É reconhecer que uma etapa chegou ao fim e perceber o que permanece como aprendizado, memória, responsabilidade ou escolha.

Alguns ciclos terminam por decisão. Outros são encerrados por circunstâncias que não controlamos. Há ainda situações em que a pessoa sabe que algo acabou, mas emocionalmente continua tentando recuperar o que já não está disponível da mesma forma.

Nesses momentos, a escuta pode ajudar a diferenciar saudade, culpa, responsabilidade, arrependimento e desejo de reconstrução. A pessoa não precisa receber uma ordem para esquecer. Precisa encontrar espaço para narrar o que viveu e compreender quais possibilidades ainda existem.

O papel do profissional

Acompanhar uma pessoa enlutada exige preparo, responsabilidade e respeito aos limites de cada área. O profissional não deve prometer eliminar a dor, estabelecer um prazo universal para o sofrimento ou apresentar uma fórmula que sirva para todos.

Também é fundamental reconhecer quando a pessoa precisa de avaliação psicológica, médica ou de outro atendimento especializado. Alterações persistentes no sono, na alimentação, no funcionamento cotidiano, na capacidade de trabalhar ou na segurança pessoal merecem atenção profissional. Buscar ajuda não representa fraqueza; pode ser uma forma responsável de cuidar da própria vida.

Para quem procura acompanhamento, alguns cuidados são importantes: verificar a formação do profissional, compreender qual é a proposta do atendimento, perguntar sobre seus limites de atuação e desconfiar de promessas absolutas ou de resultados garantidos.

Continuar não é esquecer

Existe uma diferença entre continuar vivendo e abandonar a própria história. Continuar pode significar aprender a carregar uma ausência, reconstruir uma rotina, pedir ajuda, retomar uma atividade ou descobrir novos sentidos sem negar o que foi perdido.

A Tanatologia Clínica convida a olhar para a morte, as perdas e os encerramentos com mais honestidade. Não para romantizar a dor, mas para evitar que ela seja tratada como fracasso pessoal. Há sofrimentos que não precisam de respostas imediatas; precisam de presença, linguagem, escuta e acompanhamento adequado.

A reconstrução da vida não exige que o passado seja apagado. Ela começa quando a pessoa consegue reconhecer o que mudou e, com apoio, perceber que ainda existem escolhas possíveis.

COLUNISTAS · BEM VIVER

Vencendo a solidão

Vínculos, presença e novas possibilidades

POR CESAR ROMÃO

SELEÇÃO EDITORIAL PARA ESTA EDIÇÃO



EM FOCO

Vínculos, presença e novas possibilidades

Retrato de Cesar Romão

ACERVO · RCP NEWS

Sentir-se solitário pode ser uma experiência desafiadora, mas existem coisas que você pode fazer para superar esse sentimento.

Voluntarie-se: Voluntarie-se em uma organização sem fins lucrativos, onde você possa contribuir para a comunidade e conhecer pessoas com valores semelhantes.

Experimente novas atividades: Experimente novas atividades, como esportes, arte, música ou culinária, que possam ajudá-lo a encontrar pessoas com interesses semelhantes.

Participe de aulas: Inscreva-se em aulas, como aulas de idiomas, dança ou culinária, para conhecer novas pessoas.

Saia para caminhar: Saia para caminhar ou fazer exercícios ao ar livre, onde você possa encontrar pessoas em um ambiente descontraído.

Procure ajuda profissional: Procure ajuda profissional, como um terapeuta ou conselheiro, se você estiver se sentindo isolado ou precisar de ajuda para lidar com a solidão.

Leia livros: Leia livros ou participe de clubes de leitura, para se conectar com outras pessoas que compartilham do seu interesse por leitura.

Pratique a gratidão: Pratique a gratidão, focando nas coisas positivas da sua vida e expressando gratidão pelas pessoas que você tem em sua vida.

Seja gentil consigo mesmo: Seja gentil consigo mesmo e lembre-se de que a solidão é uma emoção normal que muitas pessoas enfrentam. Encontre maneiras saudáveis e positivas de lidar com ela.

COLUNISTAS · OPINIÃO

O silêncio não constrói nações

Participação, responsabilidade e vida pública

POR LUÍS MÁRIO LUCHETTA



EM FOCO

Participação, responsabilidade e vida pública

Luís Mário Luchetta

ACERVO · RCP NEWS

Há uma metáfora na arquitetura que traduz com precisão o momento vivido por nossa nação. Um edifício não se ergue no instante festivo em que a fita inaugural é cortada; ele é concebido no rigor do projeto, na escolha meticulosa dos materiais e na firmeza dos alicerces. Se os moradores decidem ignorar a fase de fundação e comparecem apenas no dia da entrega das chaves, perdem o direito de se surpreender caso a estrutura inteira se mostre vulnerável.

Na vida pública e na construção social, a lógica é exatamente a mesma. A democracia não é um mero evento de calendário, tampouco se resume ao ato mecânico de depositar a confiança na urna no dia da votação. O voto no domingo decisivo do segundo turno é tão somente a pincelada final de um quadro que precisa ser pintado diariamente com convicção. A verdadeira cidadania exige presença, discernimento e um engajamento ativo e incansável desde já.

Quando nos omitimos ou adotamos uma postura de neutralidade asséptica, estamos, na prática, tomando uma decisão deliberada. A omissão jamais foi ausência de escolha; é a entrega voluntária do nosso próprio destino às mãos de terceiros. Na física e na política, o vácuo não permanece desocupado por muito tempo.

COLUNISTAS · OPINIÃO

O silêncio não constrói nações

CONTINUAÇÃO · Luís Mário Luchetta

Se os homens e mulheres de bem, comprometidos com o trabalho, com a ética e com a liberdade, decidem se retirar do debate por cansaço ou indiferença, esse espaço é prontamente preenchido por projetos que afrontam nossas convicções mais profundas. E a conta dessa omissão nunca tarda a chegar - ela cobra seu preço na economia, na segurança das nossas famílias, na liberdade individual e no amanhã dos nossos filhos.

O Brasil atravessa uma encruzilhada histórica decisiva na qual o custo da indiferença é alto demais para ser pago. Não há mais margem para a postura do espectador passivo que assiste à história da varanda. O momento exige posição, coragem e ação imediata. Cada eleitor consciente precisa compreender o imenso poder que carrega, não apenas como um indivíduo que vota, mas como um influente multiplicador de ideias e formador de opinião.

Considere o efeito provocado por uma pedra lançada em águas tranquilas. O impacto inicial cria círculos concêntricos que se expandem para muito além do ponto de origem. O mesmo ocorre no campo das ideias. Quando você defende com clareza os princípios em que acredita - a liberdade econômica, a valorização da família, a ordem institucional e o respeito a quem produz -, você se torna um farol para a sua comunidade, seu ambiente de trabalho e seus familiares.

Formar opinião é um ato de generosidade cívica e compromisso com o futuro da nação.

Está cristalino qual é o projeto de país que traduz os anseios genuínos de uma sociedade que busca prosperidade, estabilidade e respeito aos seus valores. Um presidente verdadeiramente alinhado com esses princípios significará uma oportunidade extraordinária de desenvolvimento para o Brasil. A prosperidade real não surge da demagogia ou do inchaço estatal, mas da liberdade para empreender, da responsabilidade fiscal e da segurança jurídica.

As grandes nações são erguidas pela ação consciente de quem se recusa a aceitar o declínio. A hora de agir é agora, no diálogo diário, no esclarecimento da verdade e na mobilização do nosso entorno. Para liderar essa caminhada de ordem, crescimento e liberdade, o projeto que precisa do nosso total engajamento e que indico é Flávio Bolsonaro para presidente.

Evite a omissão. Tenha posição!

COLUNISTAS · ECONOMIA

Patrimônio além das urnas

Planejamento e proteção no horizonte da família

POR LUCAS ANTÔNIO SILVA

SELEÇÃO EDITORIAL PARA ESTA EDIÇÃO



EM FOCO

Planejamento e proteção no horizonte da família

Retrato de Lucas Antônio Silva

ACERVO · RCP NEWS

Em períodos eleitorais, o ambiente econômico costuma ser tomado por incertezas. Câmbio, juros, inflação, bolsa e até decisões de consumo passam a responder à percepção dos agentes sobre os caminhos do país.

Nesse ambiente, a pergunta mais importante não é quem vai vencer. É outra: o seu patrimônio está preparado para diferentes cenários?

Planejamento vai além do fluxo de caixa

Essa é uma das funções centrais do planejamento financeiro, que não deveria ser visto apenas como controle de gastos mensais. O fluxo de caixa é importante, mas é só uma parte da vida financeira. Patrimônio envolve liquidez, investimentos, imóveis, seguros, previdência, dívidas, sucessão e objetivos de longo prazo, e principalmente a relação entre todos esses elementos.

Um dos maiores erros em períodos de incerteza é transformar o planejamento em adivinhação. "Se fulano vencer, faço isso." "Se o dólar subir, compro aquilo." "Se a bolsa cair, vendo tudo." Decisões de longo prazo ficam, assim, nas mãos de acontecimentos que ninguém controla.

Um planejamento bem estruturado começa por outra pergunta: o que precisa ser protegido, o que precisa estar disponível e o que pode buscar crescimento ao longo do tempo?

COLUNISTAS · ECONOMIA

Patrimônio além das urnas

CONTINUAÇÃO · Lucas Antônio Silva

Objetivos diferentes pedem estruturas diferentes

Imagine uma família com boa parte do patrimônio concentrada em um único imóvel, investimentos num mesmo mercado e pouca liquidez. Agora imagine outra, com patrimônio parecido, mas com reserva adequada, investimentos diversificados conforme objetivos e prazos, proteção contra imprevistos e sucessão organizada. Hoje as duas têm o mesmo valor, mas não a mesma segurança. Se os juros ficarem altos por mais tempo, se o câmbio se mover bruscamente ou se a inflação surpreender, a primeira pode ser forçada a vender ativos na hora errada.

A segunda tende a esperar.

Vale o mesmo para quem ainda está construindo patrimônio. O dinheiro da entrada de um imóvel que será comprado em dois anos não deveria estar exposto ao mesmo risco de um recurso que só será usado daqui a vinte. A estratégia de aposentadoria não deveria mudar porque o calendário eleitoral mudou. Cada dinheiro tem uma função, cada objetivo tem um prazo, e cada patrimônio precisa de uma estrutura coerente com os dois.

Proteção para o que foi construído

Aqui entra o que muitos chamam de blindagem patrimonial. Ela não é um truque para fugir de obrigações, mas o conjunto de medidas legítimas que protege o que foi construído: seguros, previdência, holding ou doação com planejamento sucessório quando fizerem sentido, separação entre patrimônio pessoal e empresarial e organização documental. Construir patrimônio é só metade da conta. É preciso pensar no que acontece com ele diante de uma doença, de uma incapacidade de gerar renda, de um falecimento precoce ou de uma sucessão mal estruturada.

Patrimônio sem proteção pode crescer por anos e continuar vulnerável.

Por isso, a principal contribuição do planejamento em tempos incertos não é indicar onde investir, mas sim criar condições para que a pessoa não precise tomar decisões desesperadas quando o cenário mudar. A eleição passa. O ciclo econômico muda. Os juros sobem e descem, o câmbio oscila, os governos mudam. O patrimônio, porém, deve ser construído pensando em décadas.

Então, em vez de perguntar apenas "o que vai acontecer depois da eleição?", talvez seja mais produtivo perguntar: "se o cenário mudar, meu patrimônio está preparado para continuar cumprindo sua função?"

Essa pergunta não depende do resultado das urnas, e pode fazer muito mais diferença na vida financeira de uma família. As opiniões expressas nesta coluna são de responsabilidade do autor.



HEX

INTELIGÊNCIA E CONEXÕES ESTRATÉGICAS

Uma boa conexão. Um novo horizonte para o seu negócio.

Aproxime pessoas, capital e projetos com visão de longo prazo. A HEX reúne inteligência de negócios e conexões estratégicas, com foco em desenvolvimento imobiliário e negócios estruturados.

CONEXÕES

Relacionamentos entre empresas, investidores e desenvolvedores.

INTELIGÊNCIA

Análise e estruturação de oportunidades de negócio.

PARTICIPAÇÃO

Parcerias estratégicas em projetos e negócios.

INTERMEDIÇÃO

Aproximação das partes com discrição e alinhamento.



Apresente seu projeto.

Converse com a HEX.

hexbrasil.com

INSTITUCIONAL · FUNCLOB

Diálogo para construir oportunidades

Reconciliação, democracia e desenvolvimento com inclusão

POR REDAÇÃO RCP NEWS

SELEÇÃO EDITORIAL PARA ESTA EDIÇÃO



EM FOCO

Reconciliação, democracia e desenvolvimento com inclusão

Arte editorial RCP News. Imagem ilustrativa.

ACERVO · RCP NEWS

Presidida pelo Prof. Roque Cortes Pereira, Fundação Clóvis Beviláqua valoriza propostas que aproximam diálogo institucional, educação, liberdade, responsabilidade e compromisso com resultados.

A Fundação Clóvis Beviláqua - FUNCLOB, por meio de seu presidente, Prof. Roque Cortes Pereira, manifesta apoio aos princípios apresentados pelo manifesto Rede Pauta Brasil e pelo manifesto Brasil Adiante. As duas iniciativas oferecem contribuições ao debate nacional sobre convivência democrática, desenvolvimento econômico e construção de oportunidades.

O apoio reúne uma preocupação central: transformar a discussão sobre o futuro do Brasil em compromisso com a vida das pessoas. Educação, trabalho, segurança, confiança nas instituições e inclusão precisam ocupar lugar permanente na agenda pública.

O Brasil Adiante, apresentado no material do Estadão enviado à redação, com curadoria de Fábio Barbosa, acrescenta uma perspectiva voltada à execução: associa democracia, crescimento com inclusão e compromisso com resultados concretos, defendendo políticas baseadas em evidências, gestão competente e prestação de contas.

Reconciliação e liberdade para construir caminhos comuns

A Rede Pauta Brasil propõe superar divisões que deterioram relações familiares e comunitárias. Defende a liberdade de trabalhar, empreender e se expressar, o respeito às diferenças e a atuação responsável dos Poderes dentro dos limites constitucionais.

INSTITUCIONAL · FUNCLOB

Diálogo para construir oportunidades

CONTINUAÇÃO · Redação RCP News

A reconciliação também exige responsabilidade das lideranças. O debate público ganha qualidade quando propostas podem ser discutidas com clareza, argumentos são examinados e compromissos assumidos recebem acompanhamento.

Educação como fundamento do desenvolvimento

O Brasil Adiante apresenta a educação como preparação das próximas gerações para o futuro. Seu horizonte inclui uma economia capaz de gerar empregos de qualidade, ampliar oportunidades e distribuir os benefícios do crescimento.

Na leitura editorial dos dois manifestos, liberdade e oportunidade se complementam. A liberdade encontra condições mais amplas de exercício quando as pessoas dispõem de conhecimento, qualificação e acesso a caminhos de desenvolvimento.

Trabalho, empreendedorismo e inclusão

A Rede Pauta Brasil valoriza trabalhadores, pequenos comerciantes, produtores rurais, profissionais liberais e empreendedores. Também expressa preocupação com os obstáculos que impostos e burocracia impõem aos pequenos negócios.

O Brasil Adiante, por sua vez, vincula crescimento e inclusão, sustentando que a riqueza produzida precisa alcançar a população e contribuir para enfrentar desigualdades estruturais.

As organizações da sociedade civil podem contribuir aproximando demandas comunitárias, conhecimento e iniciativas de cooperação. Essa participação ajuda a tornar o debate mais atento às necessidades concretas das famílias e dos territórios.

Instituições, responsabilidade e resultados

O documento destaca a democracia como condição indispensável, incluindo eleições livres, liberdade de expressão, alternância de poder, equilíbrio entre os Poderes e respeito à diversidade.

A contribuição dessas propostas se fortalece quando princípios se transformam em objetivos verificáveis. Definir prioridades, estabelecer responsabilidades, acompanhar resultados e prestar contas são práticas necessárias para dar continuidade aos compromissos públicos.

Essa exigência vale para governos e também oferece uma referência para entidades e lideranças: a credibilidade se constrói pela coerência entre o que se defende e o que se realiza.

Sob a presidência do Prof. Roque Cortes Pereira, a FUNCLOB manifesta seu apoio aos princípios de reconciliação, liberdade, democracia, educação e desenvolvimento com inclusão presentes nas duas iniciativas.

Esse posicionamento valoriza a cooperação entre sociedade civil, setor produtivo e instituições, com atenção às pessoas que devem ser beneficiadas pelas propostas. O futuro do país depende da capacidade de aproximar conhecimento, responsabilidade e ação.

Ao apoiar os manifestos Rede Pauta Brasil e Brasil Adiante, a Fundação Clóvis Beviláqua reforça uma mensagem de compromisso coletivo: construir oportunidades, preservar o diálogo e acompanhar os resultados são tarefas contínuas de uma sociedade que deseja avançar.

A leitura termina. O compromisso continua.

Uma edição se encerra quando suas páginas estão organizadas. Seu sentido, porém, continua nas perguntas que o leitor leva consigo. Como escutamos? Como ensinamos? De que maneira transformamos princípios em oportunidades e conhecimento em responsabilidade?

Agradeço aos autores e colaboradores que compartilham experiências, aos leitores que acompanham nosso trabalho e a todos que contribuem para a continuidade da RCP News. Cada voz amplia o espaço de reflexão e reforça nossa disposição para aproximar fatos, entendimento e vida cotidiana.

Seguimos comprometidos com informação clara, contexto, pluralidade e respeito às pessoas. O portal mantém o encontro diário com o leitor. A revista oferece uma pausa para aprofundar. O RCP News Talks abre espaço para conversas que ajudam a formular novas perguntas.

Que esta edição encontre continuidade em uma atitude concreta: uma escuta mais cuidadosa, uma aula mais atenta, uma instituição mais responsável, um vínculo fortalecido. O legado que vale a pena construir é aquele que também pode ser compartilhado.

Prof. Roque Cortes Pereira

Editor-fundador da RCP News

EXCELSIOR

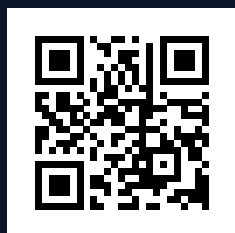


RCP NEWS

Jornalismo de profundidade.
Inteligência que gera transformação.

PORTAL · REVISTA · NEWS TALKS

Educação, cidadania e conhecimento
em diálogo com o nosso tempo.



Leia. Reflita. Compartilhe.

rcpnews.com.br

WhatsApp: (11) 4289-0384